

Convergências e divergências na representação da cidade para “todos”: a visão dos políticos, dos técnicos e dos cidadãos

Cecília Delgado¹

Resumo:

O desenho da cidade é planeado por um conjunto restrito de “cidadãos”: os técnicos e os políticos. Estes dois grupos não correspondem à diversidade social e cultural da população das cidades, homens e mulheres em proporção de género idêntica, com diferentes capacidades aquisitivas, perspectivas culturais e estilos de vida, profissões, habilitações académicas, etc. É reconhecido o afastamento social e cultural dos arquitetos em relação aos restantes extratos sociais, e entre as elites culturais e as classes populares. A cidade para todos e todas implica o respeito pela diversidade. Importa compreender onde convergem e divergem as representações de cada grupo, para respeitar as suas necessidades e aspirações. Ignorar a multiplicidade e diversidade social favorece a que as cidades espelhem a ideologia das minorias dos que acedem aos lugares de decisão.

Palavras-chave: Género; Cidadania; Cidade.

Introdução

O estudo Profissão - Arquitecto (Cabral e Borges, 2006) revela que o grau de endogamia das origens sociais dos estudantes de arquitetura e das suas práticas culturais, apesar da recente renovação geracional, apresenta uma condição de clausura superior a qualquer das outras profissões liberais.

Esta tendência é igualmente evidente no ritmo reduzido de feminização da arquitetura, onde apenas 35,00% dos inscritos são mulheres, e maioritariamente com dez ou menos anos de prática profissional, em contraste com a generalidade das restantes licenciaturas onde a mulher ocupa, quase sempre, uma posição paritária. Confirma-se, deste modo, que os arquitetos são um grupo profissional com características específicas, que não reflete um panorama social diversificado. O desfazamento entre os arquitetos e os restantes extratos sociais foi sublinhado por diversos autores como

¹ Docente na Universidade Lusíada – Porto. Arquitecta e Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela FAUP, Doutorada em Urbanismo pela FAUTL.

Filgueiras (1985) e Hershberger (2008). O afastamento entre as elites culturais e as classes populares foi descrito por Mattoso (2008) e Krier (1999).

Em Portugal, a importância do desempenho profissional do arquiteto como servidor do interesse público está previsto no Artigo 47.º dos Estatutos da Ordem dos Arquitetos². De acordo com a alínea c) do referido artigo, o arquiteto no exercício da sua profissão deve: “Favorecer a integração social, estimulando a participação dos cidadãos no debate arquitectónico e no processo decisório em tudo o que respeita ao ambiente”. Investigações recentes comprovam que a vertente social não é uma prioridade da profissão. De acordo com Brandão (2005) a ideia de “sucesso” profissional está associada a aspetos como o *status*, remuneração, carreira, relações com clientes ou superiores, factos que ocorrem independentemente da faixa etária.

Sabemos que a cidade é uma construção social: impõe-se que os agentes envolvidos se obriguem a uma constante vigilância, de modo a respeitar as necessidades dos que não correspondem aos padrões de consumo da sociedade capitalista. O meio académico e profissional tem vindo a reconhecer a importância de envolver as populações nas decisões urbanísticas, reduzindo o fosso entre a realidade das elites e das classes populares. A Nova Carta de Atenas (CEU, 2003) defende que o planeamento urbanístico deve centrar-se nos habitantes, nos utilizadores da cidade e nas suas necessidades. Propõem-se novos sistemas de governança e estratégias que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Por fim, enfatiza-se a necessidade de colaboração entre os urbanistas e outros profissionais.

Em linha com as atuais diretrizes a *New vision for Planning* (2001), do *Royal Town Planning Institut*, pretende estimular e reforçar o debate dos profissionais de planeamento urbano alargando-o a toda a comunidade, incluindo os cidadãos, o governo, as instâncias locais e os demais interessados do setor público e privado. Espera-se que o urbanista do futuro use como referente as pessoas, os locais, o ambiente natural e construído, que trabalhe em consonância com as necessidades imediatas, mas também, com as necessidades a longo prazo. Esta nova perspectiva implica que o técnico pense para além das “soluções padronizadas”, compreenda e contemple as pessoas, perspectivando as necessidades e desejos da sociedade. Subentende-se o planeamento urbano como um serviço público em que a função do urbanista é a de “mediador”, em antítese com a imagem do perito, detentor da verdade exclusiva.

Ascher (2007) propõe uma nova conceção do planeamento urbano, que denomina de neo-urbanismo. Subentende a análise dos problemas e definição de soluções, caso a caso, em claro contraste com o urbanismo moderno, uma visão cega, que negava as especificidades de cada cidade, lugar ou cultura (Ascher, 2007). Em simultâneo com alterações à forma como se governa, inverte-se a estratégia de poderes impositivos e firmes, características de quem necessita de fazer cumprir e impor regras, para um poder que se apoia na intermediação social, e se quer centrado nos utilizadores (Ascher, 2007).

² Estatuto da Ordem dos Arquitetos, ver anexo ao Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho.

Atento à falsa neutralidade do urbanismo, que ignora as necessidades dos grupos “minoritários”, o *Instituto Andaluz de La Mujer* editou a publicação *Urbanismo con Perspectiva de Género* (Madariaga, 2006). Refere-se que a visão do urbanismo desde o ponto de vista de género pode contribuir para dotar de conteúdo específico o conceito de qualidade de vida, o qual se altera de acordo com o género, a idade, o *status* social, etc.. Se a prática urbanística consiste em tomar decisões sobre a localização das atividades no espaço (Madariaga, 2006), percebe-se que o urbanismo influencia a oportunidade que determinadas pessoas e grupos têm relativamente ao emprego, aos equipamentos e serviços, ao lazer, à comodidade de uso dos transportes, ou seja, o urbanismo constitui-se como um instrumento de discriminação social.

Vários estudos têm debatido a falsa neutralidade do planeamento urbanístico. O *Gender Equality and Plan Making: Gender Mainstreaming Toolkit* (Greed, 2003), propõe uma reflexão baseada nas seguintes questões: 1) quem faz o planeamento?; 2) quem constitui a equipa política?; 3) que grupos são auscultados?; 4) de que modo são realizadas as estatísticas e que grupos são incluídos?; 5) quais são os principais valores, prioridades e objetivos do plano?; 6) quem é consultado e quem está envolvido na fase de participação?; 7) como é que são avaliadas as propostas dos planos e por quem?; 8) de que forma é que as políticas urbanas são implementadas, controladas e geridas?; 9) o “*mainstreaming*” de género, está a ser plenamente integrado em todas as áreas políticas?

Uma vez que, estatisticamente, as mulheres representam metade da população, é coerente que o desenho urbano reflita as necessidades e aspirações deste grupo específico. No entanto, esta visão tem estado largamente afastada do debate por razões culturais e sociais. Em Portugal, o *mainstreaming* de género está praticamente ausente (Gaspar, 2008), não obstante as Nações Unidas e a União Europeia terem definido a igualdade entre géneros como um direito fundamental e condição necessária para alcançar os objetivos de crescimento, emprego e coesão social.

Mulheres, homens, jovens, velhos, diferentes classes sociais e estilos de vida são apenas uma parte do conjunto populacional que caracteriza as cidades. Importa perceber as representações dos diferentes grupos, onde convergem e divergem, para que as cidades sejam o espaço de todos e todas e não apenas a visão ideológica dos decisores.

1. Justificação da hipótese e onde se inovou

No sentido de determinar quais os modelos de cidade mais adequados às necessidades das populações tem sido realizados diversos estudos fundamentalmente no âmbito da temática da qualidade de vida urbana. Metodologicamente são usadas, predominantemente, técnicas quantitativas: uma visão que a análise dos resultados deste estudo tende a demonstrar ser redutora face à triangulação das técnicas metodológicas. Por outro lado, raramente são estabelecidas comparações entre os diversos grupos que compõe a pirâmide de decisão hierárquica: na base – os cidadãos

que vivem nas cidades, com poderes limitados de intervenção; no topo – os técnicos que planeiam as cidades, e os políticos que decidem as políticas urbanas.

No entanto, o desenho da cidade é planeado e decidido (quase sempre em exclusivo) por dois grupos restritos e específicos de “cidadãos”: os técnicos e os políticos, coletividades que não correspondem à diversidade populacional dos habitantes das cidades. À visão cooperativista dos técnicos, acumula-se a dos políticos a quem é conferido o direito (e dever) de decidir sobre as políticas urbanas, suportadas em pareceres técnicos e num programa eleitoral que raramente é discutido e assimilado pelo cidadão comum, afinal o que *in loco* vivencia as decisões tomadas sobre o seu território.

O apelo à participação e ao envolvimento ativo dos cidadãos na tomada de decisão é uma das referências estratégicas das políticas da União Europeia. Defende-se a ideia de que a coesão territorial só poderá ser realizada se as políticas correspondentes forem definidas e realizadas de um modo mais participado por todos e todas (Livro Verde da Coesão Territorial, 2008), em suma, através do diálogo cruzado “*top-down*” e “*botton-up*”.

Como condição *à priori* para estabelecer um diálogo produtivo e transparente importa perceber se: Existe um “modelo”³ convergente de cidade para os políticos, técnicos e cidadãos? A hipótese sustentada é a que: o “modelo” diverge, em função do grupo, e que não será consensual entre géneros.

2. Materiais e métodos para testar a hipótese

A amostra é composta por cidadãos, políticos e técnicos envolvidos no *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, uma operação de requalificação urbana nacional que decorreu entre o ano de 2000 e 2007 naquela cidade. Vila Nova de Gaia situa-se na região Norte de Portugal, nas margens do rio Douro, que estabelece a fronteira com a cidade do Porto. É um dos onze municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto – AMP⁴.

O *Programa Polis* consistiu numa intervenção de âmbito territorial protagonizada pelo Governo Português e suportada financeiramente pelas Autarquias locais, pela Administração Central e pela Comunidade Europeia. Os objetivos gerais do Programa baseavam-se na criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas; na reconstrução e requalificação urbanas; na qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de fatores geradores de novas identidades; no reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais,

³ Admite-se que a palavra modelo, corrente no léxico dos arquitetos, não seja a mais adequada. Na realidade, estamos a comparar visões ou perceções dos diferentes grupos, e não modelos (sistema fechado). Nesse sentido, optou-se por colocar a palavra modelo entre aspas.

⁴ A Área Metropolitana do Porto (AMP) abrange uma população total de 1 394 046 habitantes. Fonte: INE, 2008.

baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegurasse a qualidade de vida e condições ambientais.

A cidade de Vila Nova de Gaia foi uma das dezoito cidades Portuguesas que, em 2000, aderiram à iniciativa proposta pelo Governo. No caso específico de Vila Nova de Gaia, a intervenção estendeu-se por 210 hectares e envolveu a elaboração de quatro Planos de Pormenor, a conceção de projetos e respetiva construção. Neste âmbito, foram melhoradas as acessibilidades marginais, requalificados espaços públicos e áreas verdes, e construídos pequenos equipamentos locais, nomeadamente de apoio à atividade piscatória. A ênfase na participação das populações nas decisões locais foi um elemento inovador relativamente a intervenções precedentes.

3. A seleção da amostra

Face à hipótese proposta existiam três possibilidades de seleção do universo de estudo: 1) estudar a totalidade da população; 2) estudar uma amostra representativa da população; 3) estudar componentes não necessariamente representativas, mas características da população. Optou-se por estudar grupos, não necessariamente representativos, mas cujas características fossem relevantes para as nossas hipóteses. De acordo com Quivi e Campenhoudt (2005), esta é a fórmula mais frequente. Se o investigador diversificar os perfis dos inquiridos chegará inevitavelmente ao momento de saturação, em que por mais entrevistas que faça dificilmente alcançará informação adicional relevante. Ainda, segundo Ghiglione e Matalon (2005), é raro trabalhar-se com uma amostra perfeitamente representativa.

Inquiriu-se um grupo de 100 alunos⁵ que frequentava o ano que precede a entrada na universidade, em representação do grupo de cidadãos. Uma parte significativa dos alunos (62,00%) situava-se na faixa etária dos 17 anos. A faixa etária dos 16 e 17 anos representava o grosso da amostra com 50 raparigas (83,40%) e 34 rapazes (85,00%). No conjunto as raparigas (60,00%), predominavam sobre os rapazes (40,00%). A taxa de respostas neste grupo totalizou 98,00%.

Relativamente ao grupo dos políticos e técnicos inquiriram-se todos os técnicos e políticos envolvidos no Programa. O universo total da população listada perfaz 81 indivíduos. Destes, 26 foram contabilizados como políticos, pelo seu perfil predominante face à função desempenhada no *Programa Polis*. Neste grupo incluíram-se: todos os elementos do Conselho de Administração da *GaiaPolis*⁶, ou seja, os

⁵ A população total dos alunos que frequentavam o último ano do ensino secundário, na Escola Inês de Castro, situada na zona de intervenção do *Programa Polis*. Estamos perante uma amostra não representativa, mas com características relevantes para a nossa hipótese. Entende-se que os jovens estão num período formativo particularmente sensível onde a apropriação do espaço é mais intensa. Uma parte destes jovens entra na vida ativa imediatamente após a conclusão do secundário, outros entrarão nos três anos seguintes concluído o curso universitário. Sublinhe-se, ainda, que a Constituição da República Portuguesa estabelece o direito de voto a partir dos 18 anos de idade. No entanto, esta faixa etária é, sintomaticamente, afastada e/ou a sua voz negligenciada no debate público.

⁶ *GaiaPolis* – Empresa local responsável pela gestão do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia.

representantes da CCDRN⁷, da Autarquia de Vila Nova de Gaia e da Parque Expo⁸; os Presidentes das quatro Juntas de Freguesia abrangidas pela área de intervenção; o Coordenador Nacional do *Programa Polis*; o Coordenador da Parque Expo para o *Programa Polis*; os dois Diretores Gerais da DGOTDU⁹; os vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Admite-se que estas categorias possam não ser rigorosamente estanques e exclusivas.

O grupo dos 55 técnicos englobou as equipas dos quatro Planos de Pormenor, os arquitetos autores dos projetos elaborados no âmbito do *Programa Polis* e os contratados pela *GaiaPolis*, os funcionários da CCDRN e da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, a equipa da *GaiaPolis* que geriu o *Programa Polis*, e os arquitetos responsáveis pelos projetos desenvolvidos nos principais lotes privados.

A faixa etária destes dois grupos (técnicos e políticos) variou entre os 28 anos e os 68 anos de idade. No que respeita à representação por sexos, destaque para a ausência de mulheres no grupo de políticos ($p=0,001$). No total, as mulheres representavam 37,50% da amostra sendo a faixa etária média inferior à dos homens ($p=0,008$). Registe-se ainda a predominância da faixa etária mais jovem no grupo dos técnicos ($p=0,033$).¹⁰

A formação académica destes dois grupos era igual ou superior à licenciatura. No entanto, registaram-se três casos de formação inferior à licenciatura no grupo dos políticos. A área académica predominante nos técnicos era a Arquitectura (79,2%), e nos políticos a Engenharia (42,8%). A maioria dos técnicos e políticos residia no Porto (41,17%), em segundo lugar em Vila Nova de Gaia (29,41%); em Lisboa residiam 17,71% dos inquiridos, e noutras cidades 14,71%. No conjunto, 82,35% residiam na AMP e 17,65% fora da AMP.

A taxa de respostas no grupo dos políticos foi de 80,77%, e no grupo dos técnicos de 85,45%.

4. O método: porque foi feito; como foi feito

Na formulação do inquérito e da entrevista consideraram-se as observações resultantes do pré-teste realizado no contexto de vizinhança. Nessa fase tinham sido detetados alguns problemas de linguagem, que não podendo ser atribuídos à falta de escolaridade dos inquiridos, estariam eventualmente relacionados com a formação académica, o contexto sócio-profissional ou o nível etário da amostra.

⁷ CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

⁸ Parque Expo – Empresa semipública a quem o governo atribuiu a elaboração dos 18 Planos Estratégicos no âmbito da primeira fase do *Programa Polis*. A empresa ficou responsável pela gestão local de 10 cidades, entre as quais de Vila Nova de Gaia.

⁹ DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

¹⁰ As duas últimas condicionantes corroboram os resultados do estudo “Profissão: Arquiteto/a”, in Cabral, M. V. e Borges, V. (2006).

Face ao exposto, optou-se por utilizar diferentes abordagens linguísticas, de onde as diferentes formatações: inquérito aos cidadãos; entrevista aos técnicos e políticos. A entrevista realizada ao grupo dos técnicos e políticos teve como antecedente a realização de um segundo pré-teste, cuja minuta inicial resultou demasiada extensa e de conteúdo generalista. Neste sentido, preferiu-se uma entrevista constituída por uma proporção idêntica de perguntas abertas e semifechadas. A construção das entrevistas e dos inquéritos foi baseada na pesquisa teórica, em especial sobre a temática da qualidade de vida urbana. Nas entrevistas aos técnicos e políticos foi ainda possível incorporar os resultados preliminares obtidos no inquérito aos cidadãos.

Nos dois questionários foram usadas perguntas filtro, tendo como referência a dialética entre a cidade generalista e o caso estudo. No inquérito fornecido aos cidadãos foi usado como filtro a cidade de Vila Nova de Gaia, nas entrevistas administradas aos políticos e técnicos, o *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia.

A amostra foi recolhida em dois períodos, o primeiro abrangeu a realização dos inquéritos aos 100 alunos, nos meses de outubro a novembro de 2007. Num segundo tempo, decorreu a realização das entrevistas aos políticos e técnicos, com início em novembro de 2007 e conclusão em junho de 2008.

Aplicaram-se dois tipos de abordagens metodológicas: através da técnica quantitativa inquiriram-se os políticos e técnicos sobre o “modelo” de qualidade de vida urbana – QVU”; numa segunda fase usou-se a técnica qualitativa para descrever a cidade ideal.

Foram ainda realizados testes estatísticos: na análise dos resultados sobre a definição da qualidade vida urbana aplicaram-se os teste de Kruskall – Walis e de Mann – Whitney; na cidade ideal, considerada a dimensão da amostra e a saturação das respostas, foi possível aplicar o teste de Qui-Quadrado. Considerou-se estar perante uma correlação estatisticamente significativa sempre que $p \leq 0,050$.

5. Os resultados: qualidade de vida urbana

Com base numa listagem de 27 parâmetros inquiriu-se o grupo de técnicos e políticos sobre a importância de cada um dos parâmetros para a qualidade de vida urbana de uma cidade.

Quadro 1 – Técnicos e Políticos – Importância dos parâmetros para a QVU

Parâmetro	Políticos	Técnicos	Mulheres	Homens	Arquitetos	Engenheiros	Outros	VN Gaia	Porto	Lisboa	outra	AMP	Fora da AMP	Até 35 anos	35 aos 47	48 aos 58	Mais de 58 anos	X (total)	_(total)
Accessibilidades			x					x										2	
Comércio																			
Envolvente Paisagística								x		-			-					1	2
Equipamentos Culturais Lazer																			
Equipamentos Desporto	-									-	-		-						5
Equipamentos Escolares		x		x			x	x	x	x	x	x		x		x		10	
Equipamentos Saúde							x						x					2	
Equipamentos Terceira Idade																			
Espaços Verdes		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		14	
Estacionamentos		-	-		-	-			-			-		-	-		-		9
Habitação							x			x							x	3	
Identidade Territorial						-					-								2
Indústria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		17
Infraestruturas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	16	
Mobilidade		x	x		x	x			x		x	x		x			x	9	
Participação																			
Património								x										1	
Planeamento Urbano		x	x		x			x			x	x		x	x			8	

Proximidade Casa Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Proximidade Habitação Comércio																			
Proximidade Hab/ Equip/ Serv/	-									-			-				-	-	5
Qualidade Ambiental	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x		x	x	x			14
Recolha Resíduos		x					x	x	x			x							5
Segurança Urbana	x					x	x	x			x						x		6
Serviços Cidadãos	-					-				-			-				-		5
Sociabilização	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Transportes Públicos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	17

Legenda: X tendencialmente muito importante; _ tendencialmente pouco importante

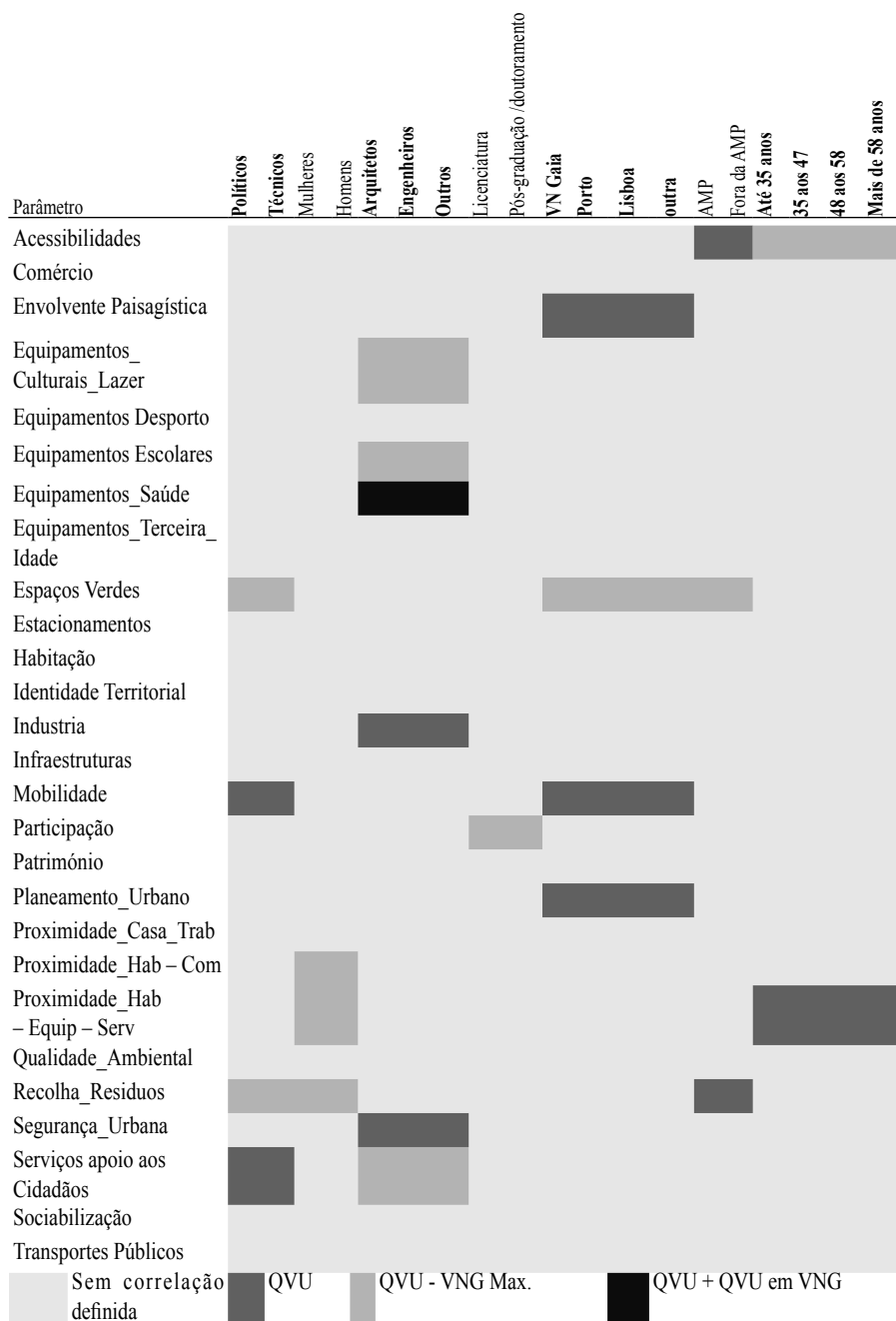
O quadro anterior resume os parâmetros considerados tendencialmente muito importantes e tendencialmente pouco importantes¹¹ face ao perfil tipo dos inquiridos [Quadro 1].

Observa-se que os parâmetros mais valorizados, atendendo ao perfis analisados, foram os transportes públicos, as infraestruturas, a qualidade ambiental e os espaços verdes. Como parâmetros menos valorizados foi referida a indústria, a proximidade casa - trabalho e a sociabilização. Existe ainda um terceiro grupo, constituído por parâmetros avaliados como neutros.

Em simultâneo com o nível de importância estabelecido para cada parâmetro, foi possível perceber que a sua importância não se distribui homogeneamente entre os grupos com diferentes perfis [Quadro 2].

¹¹ Definiram-se como parâmetros tendencialmente muito importantes os que estão acima do nível médio de importância atribuído para os 27 parâmetros, mais a soma de metade do desvio padrão. Os parâmetros tendencialmente menos importantes correspondem à condição inversa. Os parâmetros neutros estão situados no intervalo entre os parâmetros tendencialmente muito importantes e os tendencialmente pouco importantes.

Quadro 2 – Técnicos e Políticos – Correlações significativas na avaliação da importância dos parâmetros de QVU e na QVU na área de intervenção do Programa Polis em Vila Nova de Gaia



A percepção da importância da mobilidade ($p=0,047$) e dos serviços de apoio aos cidadãos ($p=0,039$) altera-se significativamente entre políticos e técnicos. No âmbito da atividade profissional registam-se variações relativamente à importância da indústria ($p=0,006$), equipamentos de apoio à saúde ($p=0,002$) e à segurança urbana ($p=0,048$). A faixa etária interfere na avaliação da importância da proximidade entre a habitação e os equipamentos e serviços de apoio ($p=0,048$). A área de residência influencia a importância atribuída à mobilidade ($p=0,036$), ao planeamento urbano ($p=0,027$) e à envolvente paisagística ($p=0,008$). Viver na AMP ou fora desta, interfere na avaliação das acessibilidades ($p=0,002$), na recolha de resíduos ($p=0,050$) e na envolvente paisagística ($p=0,015$). É de sublinhar que não foram encontradas variações estatisticamente significativas na comparação entre géneros e formação académica.

Numa segunda fase solicitou-se ao grupo de técnicos e políticos que avaliassem a qualidade de vida urbana na área de intervenção do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, tendo por base a mesma lista de parâmetros utilizada anteriormente. Os resultados obtidos apontam para variações significativas na percepção da qualidade de vida urbana de acordo com o grupo de pertença. A percepção da qualidade dos espaços verdes ($p=0,048$) modifica-se de acordo com o perfil de técnico ou político, o que também ocorre relativamente à recolha de resíduos ($p=0,016$). A avaliação da qualidade da proximidade entre a habitação e o comércio ($p=0,045$), da proximidade entre a habitação e os equipamentos e serviços de apoio ($p=0,008$) e da recolha de resíduos urbanos ($p=0,013$) altera-se de acordo com o género. Neste âmbito refira-se, igualmente, a tendência ($p=0,059$) para homens e mulheres avaliarem de modo distinto o parâmetro “proximidade casa - trabalho”.

A percepção da qualidade da participação ($p=0,001$) modifica-se com o nível de habilitações académicas. A formação profissional influencia a visão sobre a qualidade dos equipamentos culturais e de lazer ($p=0,04$), dos equipamentos de saúde ($p=0,007$), dos equipamentos escolares ($p=0,011$) e dos serviços de apoio aos cidadãos ($p=0,002$). A faixa etária influencia a avaliação das acessibilidades ($p=0,007$). A cidade onde se reside interfere na análise da qualidade dos espaços verdes ($p=0,008$). Esta relação torna-se ainda mais evidente quando se compara quem reside na AMP ou fora da AMP ($p=0,005$).

Para o grupo de cidadãos, a descrição de um local para residir com boa qualidade de vida urbana é suportada na existência de espaços verdes (79,73%), na proximidade ao comércio, serviços e equipamentos (77,03%), e na calma e sossego (64,86%). A importância atribuída à proximidade não se distribui uniformemente entre quem reside em habitação unifamiliar ou plurifamiliar ($p=0,002$), sendo mais valorizada pelos segundos. Inversamente, verifica-se uma tendência ($p=0,054$) para a valorização do fator “calma e sossego” por quem reside em moradias unifamiliares.

6. Os resultados: cidade ideal

Em simultâneo, foi solicitada a descrição da cidade ideal¹². De modo a balizar os conceitos, foram inseridas algumas referências de zonamento (área: para habitar, comércio, serviços, lazer, e indústria), decorrentes do paradigma funcionalista vigente da Carta de Atenas (1933). Sublinhe-se que nem todos os entrevistados respeitaram a sectorização pré-estabelecida, alegando que tinham “dificuldade em separar porque a cidade ideal não tem esta separação”¹³. Nestas circunstâncias respeitou-se a opção discursiva do entrevistado.

Políticos, técnicos e cidadãos concordam na relevância da mistura funcional subjacente à proximidade do comércio, equipamentos e serviços de apoio no espaço habitacional [Quadro 3].

Quadro 3 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para habitar

Técnicos + Políticos¹⁴		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/N=66	Descrição – ideal	C/N=100
Mistura funcional / proximidade	71,21%	Espaço verde / natureza	70,00%
Qualidade ambiental / espaços verdes	16,66%	Casa unifamiliar	48,00%
Tipologia / estética	16,66%	Proximidade com comércio / serviços	46,00%
		Calma / sossego	45,00%
Descrição – não ideal	C/N=62	Descrição – não ideal	C/N=99
Monofuncionalidade	51,61%	Barulhento / confuso / poluído	52,52%
Densidade	17,74%	Ausência de espaços verdes	27,27%
Coexistência com funções incompatíveis	9,67%	Pobreza / bairros sociais	26,26%
Construção em altura	9,67%		

Observe-se o ênfase discursivo, por parte dos cidadãos, relativamente à tipologia habitacional, praticamente ausente no discurso dos políticos e dos técnicos. A descrição do inverso da cidade ideal, para os técnicos e políticos, reforça a importância da mistura funcional através da rejeição da monofuncionalidade, de algum modo também

¹² As tabelas apresentam apenas as citações mais relevantes. Nota: C= número de citações que correspondem à referência catalogada; N= número total de respostas obtidas face à amostra.

¹³ Citação livre de um dos entrevistados – grupo dos técnicos.

¹⁴ Optou-se por agregar as descrições do grupo dos técnicos e políticos porque, como veremos adiante, não existem divergências significativas entre estes dois grupos.

associada à densidade. Por parte dos cidadãos destaque para a imagem negativa associada à confusão.

Quadro 4 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para o comércio

Técnicos + Políticos		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/N=67	Descrição – ideal	C/N=100
Pequeno comércio de rua / proximidade	56,71%	Áreas comerciais concentradas	72,00%
Conjugação de comércio de rua com grandes superfícies	38,80%	Comércio ao ar livre	20,00%
Comércio de rua concentrado	5,97%	Amplio e moderno	6,00%
Descrição – não ideal	C/N=58	Descrição – não ideal	C/N=96
Centro comercial / grande superfície	56,89%	Muita gente / confuso	40,62%
Ter que se deslocar	17,24%	Poluído / sem higiene / sujo	36,45%
Falta de comércio de proximidade	12,06%	Sítio pequeno / abafado / fechado	27,08%

É no comércio que se regista a única divergência entre a preferência dos técnicos e políticos *vs.* cidadãos¹⁵ [Quadro 4]. Técnicos e políticos preferem o pequeno comércio de proximidade e os cidadãos as áreas comerciais concentradas. No grupo dos cidadãos observe-se a conotação negativa associada aos espaços confusos e com muita gente, ou poluídos e sem higiene. Os políticos e técnicos reforçam, na visão inversa à cidade ideal, a presença das grandes superfícies comerciais.

No lazer, políticos e técnicos intensificam a importância da proximidade, já evidenciada nas áreas habitacionais e comerciais [Quadro 5]. A característica valorizada em segundo plano hierárquico contempla a existência de espaços verdes, o que coincide com a visão dos cidadãos. Por parte dos políticos e técnicos, o inverso da cidade ideal exprime-se pela ausência ou inadequação dos espaços de lazer. Neste âmbito, os cidadãos indicam o barulho, a poluição e a sujidade, características que genericamente descrevem a visão, deste grupo, para o inverso da cidade ideal.

¹⁵ De acordo com o relatório da Cushman e Wakefield (2010), Portugal é o décimo primeiro país europeu com mais metros quadrados de grandes superfícies por número de habitantes, um valor que fica acima da média Europeia. In Sobral, C. (2010).

Quadro 5 – Políticos, Técnicos e Cidadãos – Descrição do espaço ideal para o lazer

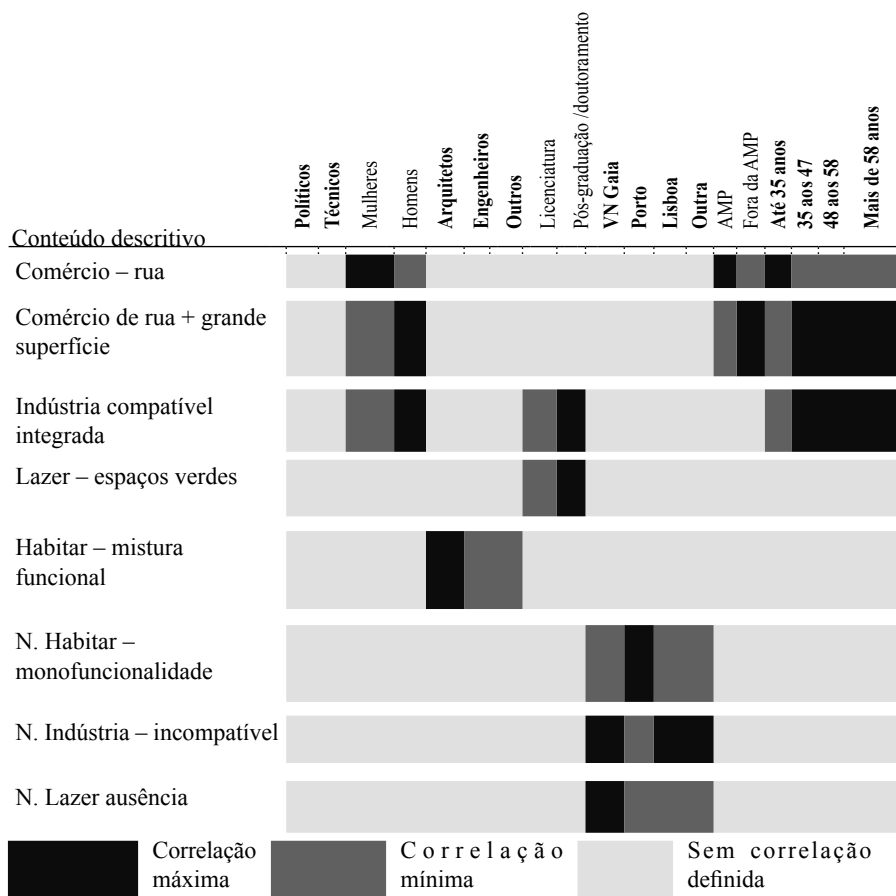
Técnicos + Políticos		Cidadãos	
Descrição – ideal	C/ N=65	Descrição – ideal	C/N=100
Proximidade	63,07%	Espaço verde / natureza / praia	74,00%
Espaço verde / marginal	61,53%	Bar / esplanada / discoteca	37,00%
Desporto	40,00%	Desporto	35,00%
Descrição – não ideal	C/N=55	Descrição – não ideal	C/N=93
Ausência / inadequação	50,09%	Barulhento / poluído / sujo	30,10%
Ter que se deslocar	40,00%	Confuso /agitado	16,12%
Conflito de funções	5,45%	Bairro / local conflituoso	15,05%

Como já referido no enquadramento metodológico, o questionário aplicado aos cidadãos usou a cidade de Vila Nova de Gaia como pergunta filtro. As respostas obtidas confirmam a descrição efetuada no âmbito genérico. No entanto, na cidade ideal em Vila Nova de Gaia, a calma e sossego é hiperbolizada. Do ponto de vista do inverso do ideal, a repulsa aos bairros sociais é enfatizada relativamente ao barulho, confusão e poluição. No comércio mantém-se a preferência pelas áreas comerciais concentradas e a rejeição dos espaços de feira, que personificam os espaços confusos, com muita gente ou sem higiene. No lazer, em Vila Nova de Gaia, mantém-se a valorização dos espaços verdes e a repulsa pelos locais barulhentos e agitados.

7. Testes estatísticos: cidade ideal

A análise estatística através da aplicação do teste de Qui-Quadrado permite observar que ser-se técnico ou político não influencia significativamente a visão da cidade ideal [Quadro 6]. No entanto, a comparação entre géneros revela ser preponderante na importância atribuída ao comércio de rua ($p=0,029$), à compatibilização do comércio de rua com as grandes superfícies ($p=0,028$), e na apologia de que a indústria compatível ($p=0,014$), deve coexistir com outras funções na cidade. A formação académica demonstra ser relevante na associação dos espaços verdes ao lazer ($p=0,050$) e na defesa da coexistência da indústria com outras funções ($p=0,014$). A formação profissional determina a preferência pela mistura funcional na caracterização do espaço ideal para habitar ($p=0,029$). A cidade de residência influencia a rejeição da monofuncionalidade ($p=0,033$), a rejeição da coexistência de indústria incompatível na cidade ($p=0,046$) e a associação do lazer à imagem de ausência ($p=0,041$). Viver na AMP ou fora da AMP é preponderante para a preferência pelo comércio de rua ($p=0,03$) e, igualmente, para quem defende que o comércio de rua deve existir associado às grandes superfícies comerciais ($p=0,026$).

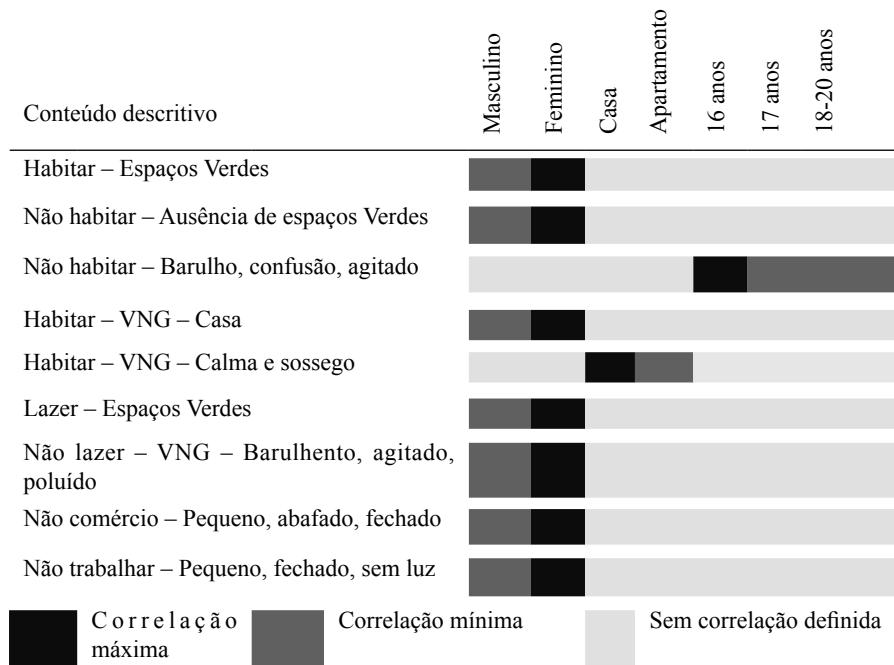
Quadro 6 – Políticos, Técnicos – Cidade ideal e inverso – Correlações significativas



Por fim, a faixa etária revelou-se importante no âmbito da opção da integração da indústria compatível na cidade ($p=0,030$), na preferência pelo comércio de rua ($p=0,042$) ou, alternadamente, pela conjugação deste último com as grandes superfícies ($p=0,030$).

No grupo dos cidadãos, o género influencia a preferência pelos espaços verdes ($p=0,042$) e a rejeição da zona habitacional onde estes espaços estejam ausentes ($p=0,47$) [Quadro 7].

Quadro 7 – Cidadãos – Cidade ideal e inverso – Correlações significativas



A associação do lazer aos espaços verdes é também determinada pelo sexo ($p=0,017$), assim como a aversão aos espaços comerciais pequenos, fechados e abafados ($p=0,011$) e a rejeição do trabalho em áreas pequenas, fechadas e sem luz ($p=0,030$). A idade influencia a recusa das zonas habitacionais com barulho, poluição, confusão e agitação. Apesar de ser apenas uma tendência ($p=0,062$), é interessante verificar que são os inquiridos que habitam em apartamentos quem rejeita a imagem do bairro social como espaço habitacional. Registe-se, ainda, a tendência para serem os filhos dos agregados familiares com profissões de prestígio¹⁶ a associar o lazer à restauração /bar e discoteca ($p=0,052$). Foi também analisada a influência da formação académica, não tendo sido encontradas correlações significativas.

8. Interpretação dos resultados

Os resultados quantitativos obtidos no âmbito da definição do conceito de qualidade de vida urbana para o grupo dos técnicos e políticos confirmam que cada grupo possui uma representação diferenciada, construindo padrões distintos de

¹⁶ Quadros superiores, profissões intelectuais, científicas e técnicos de nível intermédio.

qualidade de vida urbana. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas que provam a influência da função (técnicos vs. político), da formação profissional (arquitetos, engenheiros e “outros”), do ciclo de vida (diferentes faixas etárias), do local de residência (Vila Nova de Gaia, Porto, Lisboa e outra, e AMP vs. fora da AMP). Para os diferentes perfis de grupo estudados, apenas a comparação por género (feminino vs. masculino), e a formação académica (licenciatura vs. pós-graduação ou doutoramento¹⁷) não registaram relações significativas.

Importa analisar que razões poderão justificar esta similitude entre géneros. Admite-se que possa corresponder a um processo de osmose, em resultado da homogeneização dos referenciais no processo de aprendizagem académica, como Hershberger (2008) havia constatado. O que poderá justificar que as divergências existam no campo das perceções da avaliação da qualidade de vida urbana na área de intervenção do *Programa Polis* e na descrição da cidade ideal, mas estejam ausentes no “modelo” de qualidade de vida urbana. Outra razão que corrobora a hipótese avançada decorre da convergência, também apenas no âmbito da qualidade de vida urbana, entre licenciados e pós-graduados ou doutorados.

Assumindo a diferenciação dos métodos de recolha e da linguagem específica do grupo, a qualidade de vida urbana para os cidadãos baseia-se na proximidade ao comércio, aos serviços, aos equipamentos e na presença de espaços verdes. Conclui-se, também, que a valorização da proximidade é especialmente relevante para quem habita num apartamento, sendo que quem habita numa casa unifamiliar valoriza tendencialmente em maior grau a calma e o sossego. Acrescenta-se, assim, um outro fator: a influência da tipologia habitacional, como condicionador na parametrização do conceito de qualidade de vida urbana.

Tomando como ponto de partida a definição da qualidade de vida urbana, existe uma condição de convergência entre técnicos, políticos e cidadãos, baseada na valorização dos espaços verdes, e um fator de clara divergência relativamente à importância atribuída à proximidade. Diversas razões podem justificar a similitude na valorização dos espaços verdes, entre as quais, a intensa divulgação das questões ambientais, nas escolas, nos canais de comunicação, e até no discurso político.

No que atende ao fator “proximidade”, a divergência entre os três grupos assume uma relevância superior: um cenário de qualidade de vida urbana que relega sistematicamente o critério de proximidade para o grupo dos parâmetros tendencialmente pouco importantes¹⁸ é o inverso do conceito de qualidade de vida urbana defendido pelos cidadãos. Neste sentido, o fator de diferenciação linguística evidente na formalização do discurso entre técnicos, políticos e cidadãos, torna-se irrelevante. Eles (cidadãos) querem uma cidade construída sobre valores antagónicos aos “defendidos” pelos técnicos e políticos.

¹⁷ Dado o número reduzido de indivíduos com habilitações inferiores à licenciatura (3) não foi possível estabelecer correlações a partir deste perfil de grupo.

¹⁸ Ver Quadro 1.

A avaliação da qualidade de vida urbana, focalizada na área de intervenção do *Programa Polis* em Vila Nova de Gaia, reitera que grupos com perfis diferenciados divergem na perceção sobre uma mesma situação. Neste cenário concreto, a função, o género, a formação académica, a formação profissional, o ciclo de vida e a área de residência determinam a perceção da realidade. Ou seja, ao distanciarmos-nos do conceito abstrato de qualidade de vida urbana é possível comprovar que as representações por género deixam de ser neutras.

Analogamente, verificou-se que a influência da formação académica está ausente na definição da qualidade de vida urbana, mas assume relevância no cenário da intervenção *Polis*. Neste contexto, os licenciados e os indivíduos com formação académica equivalente à pós-graduação ou doutoramento, divergem no modo como avaliam a qualidade da participação pública no âmbito da intervenção do *Programa Polis*¹⁹. Em síntese, verificamos que, embora possa existir uma imagem académica e socialmente construída do conceito de qualidade de vida urbana, a realidade demonstra que a importância atribuída a cada parâmetro deve ser ponderada face à situação real, uma análise que não deixará de ser subjectiva, mas admite-se, em menor grau do que a construção académica da qualidade de vida urbana. Pelo exposto, comprova-se que a qualidade de vida não é um conceito universal, mas uma experiência individual e local, como referido por Madariaga (2006).

Por fim, registre-se a similitude na valorização da mistura funcional / proximidade²⁰ entre os três grupos analisados quando descrevem a cidade ideal.

A comparação no grupo dos políticos e dos técnicos entre a definição de qualidade de vida urbana (metodologia quantitativa), e os resultados da descrição da cidade ideal (metodologia qualitativa), revelam-nos duas “construções de cidade” globalmente diferentes. O primeiro representa um “modelo académico” e racionalista, o que Jane Jacobs (2003) denomina de “planeamento urbano ortodoxo”. Na cidade ideal, este cenário é substituído por um “modelo afectivo”, mais emocional e sensível, porventura até “involuntário”, na medida em que não resulta de uma construção ideológica-simbólica, mas da *praxis*, sustentada pela experiência de vida. Qual dos modelos utilizam os técnicos na sua prática profissional, e quais as consequências que daí advém? Não se pode, com rigor, responder a estas duas questões. No entanto, sabendo que o vetor humanístico é o mais débil na formação dos arquitetos (Brandão, 2005), é admissível a preponderância do “modelo académico”.

Entre cidadãos, os conceitos apresentam-se mais estáveis, o que se evidencia no paralelismo entre o que se entende por qualidade de vida urbana, na descrição da cidade genérica, e na condição concreta da cidade de Vila Nova de Gaia. No entanto, os cidadãos contextualizam a descrição na “oferta possível”, patente no reforço do peso das grandes concentrações comerciais e na valorização de características como a

¹⁹ Resultado relevante face à importância da participação para a construção de cidades equitativas e inclusivas – ver capítulo: Implicações dos resultados.

²⁰ Uma análise mais detalhada dos resultados permite perceber que, para os cidadãos, o comércio concentrado é percebido como algo que deve existir na proximidade.

calma e o sossego no espaço habitacional, ou do lazer quase exclusivamente associado aos espaços verdes, à praia e à natureza.

Em síntese, as respostas do grupo dos cidadãos remetem para um conceito sólido do modelo de cidade ideal. Este facto não impede que este seja maleável face à realidade, de onde resulta que a oferta condiciona a opção.

9. Relação com a hipótese

Independentemente do “modelo” adotado conclui-se que a subdivisão entre técnicos vs. políticos vs. cidadãos não é relevante face às correlações encontradas para o género, a idade, a formação académica, a formação profissional, o grupo sócio económico, ou a área de residência.

A pertinência das características individuais é reforçada na avaliação do caso de estudo, onde o género, a idade, a formação académica, a formação profissional, o grupo sócio económico e a área de residência se assumem novamente como elementos diferenciadores na perceção da realidade.

Face ao exposto, comprova-se que o “modelo” de qualidade de vida urbana e o “modelo” que resulta da descrição da cidade ideal não diverge entre técnicos e políticos. Diverge sim, o modelo descrito por estes dois grupos quando confrontados sob uma perspectiva “académica” ou numa perspectiva “afectiva”. Em consequência do referido, o modelo de cidade dos políticos, técnicos e cidadãos é convergente na perspectiva “afectiva” e divergente na perspectiva “académica”.

Em síntese, os resultados personificam uma cidade em que as vontades e aspirações não são homogéneas, mas o resultado de vivências pessoais. Subsiste, no entanto, uma característica em comum: a cidade ideal de todos e todas suporta-se na diversidade, na mistura e proximidade funcional, defendida por Jane Jacobs (2003), em oposição ao zonamento proposto pelas teorias funcionalistas.

Pelo exposto não se prova a nossa hipótese. O modelo não diverge em função do grupo: políticos; técnicos e cidadãos. Mas demonstra-se a nossa sub-hipótese: o modelo não converge entre géneros, de onde a pertinência do *mainstreaming* de género e do debate decorrente da pretensa neutralidade do urbanismo.

Neste sentido, mais importante que a subdivisão estabelecida entre políticos, técnicos e cidadãos é relevante perceber o que desejam as mulheres e os homens, com diferentes faixas etárias, formações académicas e profissionais, e áreas de residência.

10. Implicações dos resultados

A neutralidade de género, patente no conceito de qualidade de vida urbana, contradiz observações empíricas e estudos que comprovam que as mulheres e os homens usam a cidade em tempos e modos diferenciados (Healey, 2006; Madariaga, 2006; Recktenwald, 2008). Estes resultados são reforçados através da análise da

qualidade de vida urbana na área de intervenção *Polis* e da descrição da cidade ideal. Fica, deste modo, demonstrado que pessoas diferentes percebem a cidade de forma distinta. Assumir a qualidade de vida urbana como um conceito homogêneo tenderá a anular as necessidades e aspirações dos grupos, fora das “tipologias” normalizadas, pondo em causa o direito à cidade para todos e todas.

A premência do alargamento do debate a toda a comunidade, incluindo os cidadãos (homens e mulheres) e instituições governamentais, públicas e privadas, é defendido no meio académico, na sociedade civil e através das políticas territoriais da União Europeia, nomeadamente no Tratado de Amesterdão (1997). Admite-se que neste interface existe o potencial de fricção, mas também de aprendizagem para os especialistas e para o público (Petts, 2000).

Concluindo, as divergências na representação da cidade entre políticos, técnicos e cidadãos enfatizam a participação pública como sendo o instrumento privilegiado de auscultação da visão individual e coletiva das populações, de modo a assegurar soluções mais ajustadas às necessidades das comunidades locais.

Aqui situados, importa perceber se o acesso à esfera pública onde se desenrola a participação é equitativo entre os políticos, os técnicos, e os cidadãos, e se contempla paritariamente o género, os diferentes perfis académicos e profissionais, as diferentes faixas etárias, etc..

É imperativo que o debate represente a diversidade populacional que caracteriza o espaço urbano. Sem esta prerrogativa será difícil garantir que as cidades sejam o lugar da inclusão, da diversidade e de respeito pela diferença que deve qualificar a cidade para todos e todas.

Referências Bibliográficas

ASCHER, F. (2007 [2001]), *Los Nuevos Principios del Urbanismo: El fin de las ciudades no está a la orden del día*, Madrid, Alianza Editorial.

BRANDÃO, P. (2005), *Profissão de Arquitecto – Identidade e Prospectiva – Estudos de Caso* (Livro II), tese de Doutoramento não publicada, Barcelona, Universidade de Barcelona.

CABRAL, M. V.; BORGES, V. (2006), *Profissão: Arquitecto/a*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003), *Nova Carta de Atenas*. [Consult. a 18 de junho de 2009]. Disponível em: <http://www.ceu-ectp.eu/index.asp?id=108>.

DECRETO-LEI n.º 176/98, de 3 de Julho.

FILGUEIRAS, L. (1985 [1962]), *da Função Social do Arquitecto: Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto.

GASPAR, J.; QUEIRÓS, M. (2008), *Género, Território e Ambiente: Estudo de diagnóstico, criação de indicadores de género na área do ambiente e território e guia para o mainstreaming de género*, Lisboa, Comissão para a Igualdade do Género (CIG).

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, B. (2005), *O inquérito, Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

GREED, C. (2003), *Gender Equality and Plan Making: Gender Mainstreaming Toolkit*, London, Royal Town Planning Institute.

HEALEY, P. (2006 [1997]), *Collaborative Planning: Shaping places in Fragmented Societies*, U.S.A, Palgrave Macmillan.

HERSHBERGER, R. (2008 [1988]), “A study of meaning and architecture”, in J. Nasar, *Environmental Aesthetics: Theory, research, & applications*, New York, Cambridge University Press, pp. 175-194.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008), *Indicadores Sociais 2007*, Lisboa, INE.

JACOBS, J. (2003 [1961]), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes.

KRIER, L. (1999), *Arquitetura: Escolha ou Fatalidade*, Lisboa, Estar Editora.

MADARIAGA, I. (2006), *Urbanismo con perspectiva de género*, Junta de Andaluzia, Instituto Andaluz de la Mujer.

MATTOSO, J. (2008 [1998]), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

PETTS, J. (2000), “Processos de Formação de Consensos na Gestão de Resíduos”, in M. E. Gonçalves, *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta Editora, pp. 161-181.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

RECKTENWALD, J. (2008), *The life of women and men in Europe: a statistical portrait*, Luxemburg, Eurostat.

ROYAL TOWN PLANNING INSTITUTE (2001), *New Vision for Planning*, Londres, RTPI. [Consult. a 6 de outubro de 2009]. Disponível em: <http://www.rtpi.org.uk/download/245/RTPI-New-Vision-for-Planning.pdf>.

SOBRAL, C. (2010), “Comércio de rua. Como se vai devolver gente às lojas da baixa de uma cidade?”, in *Público online*. [Consult. a 7 de dezembro de 2010]. Disponível em http://www.publico.pt/Local/como-e-que-se-vai-devolver-gente-as-lojas-da-baixa-de-uma-cidade_1469676?all=1.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

Cities are planned by a selection of “citizens”: technicians and politicians. These two groups do not correspond to social and cultural city population diversity, men and women in the same gender proportion, with dissimilar incomes, cultural perspectives and lifestyles, jobs, educational background, etc. It is recognized the social and cultural gap between architects and further social groups, and among the cultural elites and the popular class. The city for “all” implies respect for diversity. It is important to understand if each group representation converge or diverge in order to respect their needs and aspirations. Ignoring the social diversity and multiplicity, promotes cities that reproduce the ideology of the minorities from those who have access to decision-making.

Keywords: Gender; Citizenship; City.

Résumé

La conception de la ville est prévue par une sélection de «citoyens»: techniques et politiques. Ces deux groupes ne correspondent pas à la diversité sociale et culturelle de la population des villes, hommes et femmes en la même proportion de genre, avec différent pouvoir d'achat, perspectives culturelles et modes de vie, variété des métiers, niveau d'éducation, etc. L'éloignement social et culturel des architectes par rapport à d'autres couches sociales ainsi que l'écart entre les élites intellectuelles et les classes populaires sont identifiés. La ville pour tous et pour toutes implique le respect pour la diversité. Il est important de comprendre où convergent et divergent les représentations de chaque groupe, afin de respecter leurs besoins et leurs aspirations. Ignorer la multiplicité et la diversité sociale a pour résultat que la ville reflète l'idéologie des seuls accédant aux postes de décision.

Mots-clé: Genre; Citoyenneté; Ville.